



PRÊMIO B3 DE JORNALISMO

30 anos

[B]³

PRÊMIO B3 DE JORNALISMO

Edição de 2018

- 111 matérias inscritas
- 72 jornalistas
- 60 veículos de imprensa
- Prêmio de R\$ 10 mil por categoria.

Categorias

- Jornal - São Paulo/Rio de Janeiro/Brasília;
- Jornal - Jornais Demais Regiões;
- Revista - Brasil;
- Mídia Online;
- Governança Corporativa.

Critérios analisados

- Qualidade: apuração, redação e edição;
- Abordagem criativa: trata tema pouco abordado ou fornece nova abordagem para tema tradicional;
- Relevância: contribui para o desenvolvimento do mercado de capitais.



FABIO ZENARO

Diretor de Produtos de Balcão, Commodities e
Novos Negócios da B3

JOSÉ ALEXANDRE VASCO

Superintendência de Proteção e Orientação
aos Investidores da CVM



PROFESSOR NELSON CARVALHO

Vice-presidente do Conselho de Administração
da B3



PAULO NASSAR

Diretor-Presidente da Associação Brasileira de
Jornalismo Empresarial – Aberje



DANIELA ZOLKO

Coordenadora de Comunicação da AMEC

HILGO GONÇALVES

Presidente da ACREFI



**JORNALISTAS
VENCEDORES**

Categoria:	Online
Vencedora:	Fernanda Guimarães
Matéria:	Bitcoin se aproxima do tesouro direto e pode ser impulso ao mercado de capitais
Veículo:	Agência Estado

29/01/2018 14:22:16 - AE NEWS

EXCLUSIVO: BITCOIN JÁ SE APROXIMA DO TESOURO DIRETO E PODE SER IMPULSO AO MERCADO DE CAPITAIS

São Paulo, 29/01/2018 - O número de investidores brasileiros em criptomoedas - tendo o bitcoin como protagonista do grupo - já encosta em 1,4 milhão, mais do que o dobro do número de CPFs cadastrados na Bolsa brasileira, hoje na casa dos 620 mil. Se mantido o ritmo, o número dos compradores deste tipo de ativo ultrapassará, em breve, até mesmo o volume de investidores do Tesouro Direto, que vem comemorando números recordes, atualmente em cerca de 1,8 milhão. A “febre” impulsionada pelo salto do valor do bitcoin - o preço subiu quase 20 vezes apenas no ano passado - inflou rapidamente o número de brasileiros interessados no ativo, em busca de ganhos rápidos e expressivos. Agora, os olhos estão voltados para quando parte desses investidores migrarão seus recursos para valores mobiliários, como as ações, ainda na esteira do cenário de queda de juros no País.

A aposta tem razão simples. O grupo dos investidores de criptomoedas no Brasil é formado em grande parte por homens solteiros, entre 25 e 35 anos, exatamente um público que pode investir em maior peso em ações. Esse perfil responde hoje por aproximadamente 25% dos investidores em ações na Bolsa, considerando o número de contas abertas. Há ainda o público feminino, de potencial crescente. “Quem começou a investir em bitcoin está começando a se acostumar com volatilidade. Depois de vários anos de altas taxas de juros, agora o jovem parece aceitar bem esse risco”, afirma o economista do Mercado Bitcoin, Luiz Roberto Calado. A corretora já está próxima de alcançar, sozinha, um milhão de clientes.

A valorização do bitcoin no ano passado tem feito a cabeça dos novos investidores. Lá em 2015, quando alguns entusiastas mais conhecedores de tecnologia começaram a comprar o ainda desconhecido bitcoin, o volume financeiro girava R\$ 113 milhões no Brasil. Em pouco tempo, esse número saltou. Atualmente, esse valor é movimentado diariamente, sendo que o

volume financeiro movimentado em todo o ano passado foi de R\$ 8,2 bilhões. Além da valorização mais do que expressiva da moeda, o que certamente atraiu mais interessados, contribui para o crescimento rápido desse mercado a possibilidade de compra de uma fração de criptomoeda, com aportes baixos, de R\$ 50 por exemplo. Ou seja, não há a barreira que

existe em uma série de ativos financeiros, destaca o especialista em blockchain e criptomoedas da XP Investimentos, Fernando Ulrich, que chegou à XP em novembro do ano passado, momento em que o assunto passou a fervilhar no mercado. “Hoje, o perfil dos investidores já é muito mais pulverizado”, afirma.

Na corretora FlowBTC, os cerca e 30 mil investidores que por ali aplicam em criptomoedas têm, em sua maioria, entre 20 e 30 anos e são batizados de “early adopters”. Além disso, a clientela estava antes concentrada no eixo Rio-São Paulo, mas agora já está espalhada pelo País, com crescimento relevante no Nordeste, conta o sócio-fundador da FlowBTC, Marcelo Miranda. Atualmente, são oferecidas na plataforma três criptomoedas, portfólio que deve dobrar até o fim de fevereiro.

Grande parte dos investidores de criptomoedas, no entanto, não analisa seus fundamentos, comenta Luis Felipe Carvalho, que coordena cursos sobre o tema na PUC do Rio de Janeiro. “Esse não deveria ser um negócio de especulação. É preciso entender que comprar criptomoeda significa investir em tecnologia. É necessário verificar se a tecnologia faz sentido”, disse.

A compra desenfreada da moeda em busca de ganhos rápidos é que acaba inflando o mercado

artificialmente, afirma Carvalho. Ele comenta, no entanto, que muitos investidores de criptomoedas têm baixíssimo conhecimento no assunto. Um fato que exemplifica é o de investidores terem comprado a moeda bitConnect ao invés de bitcoin, por conta da semelhança dos códigos BCC e BTC. No entanto, o BCC, que é a bitConnect, perdeu em um dia 98% de seu valor após acusação de pirâmide.

Mais uma vez, esses investidores precisam se atentar a uma prática já conhecida no mercado de ações. No momento que uma empresa coloca na rua uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), ela divulga um prospecto no qual disponibiliza dados da companhia, do setor e riscos do investimento, por exemplo.

Em criptomoedas, há um documento semelhante, os chamados “white papers”, que listam todos os pontos comerciais, tecnológicos e financeiros de uma nova oferta de criptomoeda, para amparar a decisão de compra por

parte do investidor.

De lá para cá

A expectativa, comenta o professor da Faculdade de Informática e Administração Paulista (Fiap), Henrique Poyatos, é de que alguns investidores de criptomoedas façam o caminho inverso e migrem parte de seus recursos ao mercado acionário, por exemplo. Isso porque, a despeito da diferença dos fundamentos de cada ativo, há uma série de operações que podem ser feitas com criptomoedas que são similares ao mercado de renda variável. “Assim que esse investidor começar a ter a cultura de compra e venda, ele deve se interessar pelo mercado de ações”, explica.

Calado, do Mercado Bitcoin, vê que assim que a regulação da criptomoeda avançar no País, parcerias entre as “exchanges”, como são chamadas as casas que fazem a intermediação das criptomoedas, e as corretoras de valores mobiliários devem surgir. “Isso ajudará a acabar com os tabus e as empresas devem unir esforços”, diz. Do outro lado, as corretoras também estão bem atentas a esse movimento, com muitas delas querendo entrar no mercado de criptomoedas. Isso porque as bolsas de bitcoin trouxeram rapidamente muitos clientes que podem migrar para o mercado de ações e as corretoras querem um pedaço desse bolo.

Em 2017, o número de investidores na Bolsa brasileira subiu impulsionado pela valorização do Ibovespa, de quase 27% no acumulado do ano.

Sala de aula

Assim como no mercado de ações, no mundo das criptomoedas a educação financeira tem sido colocada como essencial. “A percepção do mercado em geral já melhorou muito, mas as criptomoedas são genuinamente diferentes, um ativo novo e estamos aprendendo a precificar”, afirma Ulrich, especialista da XP. Os investidores precisam ter em mente, contudo, que uma alta do bitcoin como a vista no ano passado não deve se repetir, apesar do potencial de apreciação ainda existir. “Quem entra nesse investimento, está se sujeitando a um risco maior”, disse. Muitos investidores trocaram o bitcoin por outras criptomoedas, na expectativa de repetir o feito”, afirma.

Eduardo Strazza é um dos investidores que, atraído pela valorização do bitcoin, entrou no mundo das criptomoedas em novembro do ano passado. A estratégia foi gastar pouco recurso no bitcoin e utilizar os ganhos na compra de outra criptomoeda, a iota. “A ideia foi comprar outra moeda não tão valorizada, mas com potencial para crescer. Mas sempre me preocupa qualquer investimento sem fundamento, regulamentação e em que as pessoas nem fazem ideia do mercado”, conta. Strazza, que mantém uma

carteira de ações - hoje menor do que já teve há algum tempo -, diz que pode ampliar sua exposição no mercado acionário, mas diz que a volatilidade que pode ser gerada por conta das eleições o preocupa.

Na redes sociais, o número de comunidades sobre as criptomoedas vem crescendo no País em velocidade acelerada. Em muitas delas, a mensagem é de otimismo sobre o desempenho futuro desses investimentos, incluindo conselhos para os investidores não serem contaminados pelos especialistas, que preveem a existência de bolha, que logo estourará. Somado a isso, há o compartilhamento de casos de sucesso e, ainda, de cursos e palestras que já começam a se alastrar.

Alguns desses cursos são ministrados há três anos pela Fiap, mas a demanda cresceu rapidamente no ano passado. Já passaram por lá mais de 1,2 mil alunos. “As turmas estão cheias. A procura cresceu muito puxada pela possibilidade de ganho rápido”, comenta Poyatos, da Fiap. Para este ano, com a perspectiva de ainda mais crescimento da demanda, novos cursos serão modelados. Segundo o professor, os cursos disponíveis tentam trazer ao longo das horas-aula a importância de diversificação e o aconselhamento de que os novos investidores não coloquem todos seus recursos apenas em criptomoedas.

Nessa esteira, a PUC do Rio foi a primeira a colocar uma disciplina eletiva no curso de graduação. Depois a disciplina foi levada para a pós-graduação e, posteriormente, para cursos de extensão. Nesses, já passaram 10 turmas, com 350 alunos ao todo. Além disso, a universidade lançou um curso digital aberto no formato MOOC (Massive Online Open Course) de introdução das criptomoedas, que em três dias teve a inscrição de 1,2 mil pessoas, originadas de todo o País. Para março está programada uma nova rodada, para quando está sendo aguardada a participação de cinco mil pessoas.

Categoria: Governança Corporativa

Vencedora: Natalia Viri de Oliveira Ferronato

Matéria: Até o consenso foi um parto - 12 horas na assembleia da BRF

Veículo: Brazil Journal

ATÉ O CONSENSO FOI UM PARTO 12 HORAS NA ASSEMBLEIA DA BRF

ITAJAÍ, Santa Catarina — O que era para ter sido uma assembleia de acionistas pacata — selando o final das graves tensões na cúpula da BRF — acabou sendo um jogo de paciência que se arrastou por quase 12 horas, com direito a toques de chanchada, surpresinha de última hora da CVM, advogado atrapalhado, desconfianças entre aliados e união entre rivais.

No happy end, Francisco Petros, o conselheiro da Petros e desafeto de Abilio, acabaria voltando para São Paulo no jatinho do empresário. (Seria o início de uma bela amizade?)

Às 10 horas da manhã do último dia 26, uma hora antes do início da assembleia, o clima era de tranquilidade na sede oficial da BRF, um edifício de cinco andares à beira do rio Itajaí-Açu, nesta cidade ensolarada de 200 mil habitantes.

Depois de uma guerra pública entre Petros e Previ, de um lado, e a dupla Abilio (e seu family office, a Península) e a gestora Tarpon, de outro, dias antes havia se chegado a uma chapa de consenso, encabeçada pelo CEO da Petrobras Pedro Parente, para o conselho de administração da dona das marcas Sadia e Perdigão.

A família Furlan, fundadora da Sadia, foi a primeira a chegar. A tropa era composta pelo ex-ministro Luiz Fernando Furlan, que fazia parte tanto do conselho a ser destituído quanto daquele a ser eleito; seu inseparável assessor Fernando Monteiro, um ex-diretor da Sadia que hoje comanda a Fundação Attilio Fontana; seu filho Luiz Gotardo Furlan; e sua irmã Diva.

“Na BRF, sempre tem uma surpresa,” disse Furlan num tom que parecia de chacota, mas logo se mostraria profético. Antes da chapa de consenso, ele havia aparecido como presidente do colegiado na chapa criada por Abilio.

Em seguida, chegou Francisco Petros. Discreto, se enterrou no celular no hall de entrada, a dois passos da sala espartana de 60 cadeiras que abrigaria a assembleia.

Com a volta da chapa única, os procedimentos do dia pareciam relativamente simples, e Petros já havia marcado seu voo de volta para São Paulo para

às 15 horas.

Por volta das 10h30, entrou sozinho no prédio Peter Taylor, o gestor da Aberdeen que tinha pedido o voto múltiplo (onde a disputa se dá cadeira a cadeira), angariou o apoio de fundos internacionais e fez a balança pender para o lado dos fundos de pensão. Diante da ‘chapa da paz’, Peter havia retirado no dia anterior o pedido de voto múltiplo.

Sem nenhum assessor, circulava desprezioso, mas um acionista pessoa física logo deixou clara a notoriedade que ele havia ganhado no processo: “Você é o Peter? Te vi na Exame, mas parecia bem mais jovem na foto”.

Peter também esperava estar de volta em São Paulo à noite para jantar com os filhos. Abílio Diniz foi um dos últimos protagonistas a chegar para o que seria sua destituição. Ladeado por assessores, antes de se fechar em uma sala, queixou-se de um dos maiores golpes que sofreu nos últimos anos: são-paulino roxo, viu seu filho mais novo, de 8 anos, virar corintiano. Disse que só falaria sobre BRF no dia seguinte.

Por volta das 11 horas, uns poucos acionistas pessoas físicas, aposentados da Sadia, advogados com procurações e alguns gestores de fundos locais formavam a pequena plateia de cerca de 50 pessoas que esperavam o início da reunião, enquanto beliscavam na sala anexa uma imensa e florida mesa de pães, doces, queijos, presunto, copa e salame — curiosamente, nenhum sinal da carne de frango.

Com alguns minutos de atraso para o início da assembleia, a surpresa profetizada por Furlan explodiu.

No início, ninguém entendeu nada. Abílio, executivos da Península, advogados e Lorival Nogueira, o CFO alçado a CEO quatro dias antes com a renúncia de Josén Drummond, entravam e saíam de uma sala ao fim do hall, bem às vistas de quem aguardava o início da assembleia.

A sala foi isolada por uma fita amarela e preta, daquelas que costumam demarcar cenas de crime. Estava estabelecido o quartel-general que ditaria o rumos da assembleia. Só passava dali quem era chamado.

Ricardo Madrona, que tinha as procurações da Península e da Tarpon — a ausência mais notada, sem um executivo sequer — Carlos Lobo, do Veirano, que representava a Previ, e Alberto Weyland Vieira, do Vieira Rezende, que falava pela Petros, coordenavam o entra e sai.

Já passava do meio-dia quando Lorival comunicou o problema. A CVM havia questionado a retirada de última hora do voto múltiplo. Acionistas estrangeiros representantes de mais de 13% do capital já haviam alocado seus votos com base naquele sistema, e, no entendimento da autarquia, a mudança de regra de última hora não poderia invalidá-los.

A perspectiva de uma eleição fácil havia ruído por terra. Os acionistas teriam que distribuir seus votos por assento, e isso trazia dois problemas.

O primeiro, de ordem burocrática: a BRF e o Barbosa Mussnich Aragão (BMA), escritório que assessorava a empresa, não haviam preparado o esquema para fazer a contagem.

O segundo, de ordem estratégica: garantir que a soma dos votos elegeria a chapa combinada — no boletim de voto múltiplo, constavam nomes que não estavam na chapa de coalizão, e o nome de Pedro Parente sequer aparecia. A assembleia foi remarcada para as 14 horas.

O ofício da CVM não deixava claro se algum acionista tinha se queixado ou se se tratava de um questionamento pró-ativo (raro para a autarquia, que não costuma intervir em assembleias). As suspeitas de diversos presentes recaíram sobre Furlan — e o Valor chegou a noticiar, em tempo real e citando ‘fontes’, que a queixa havia partido dele. O ex-ministro negou peremptoriamente, mas o ‘body language’ sugeria o contrário: os Furlan ficaram o tempo todo do lado de cá do cordão de isolamento, junto com a imprensa e fora dos cálculos que ocorriam a portas fechadas.

Calhamaços de procurações cortavam o hall em direção do QG provisório, mas não havia sinal de avanço. Por volta das 14h30, um novo aviso: a assembleia foi adiada novamente, para as 16 horas. “Ministro, todos estão lá do outro lado e o senhor não. O que isso significa?”, indaguei a Furlan. Ele me trucidou: “Acho que significa que eu sou realmente independente”.

Peter, da Aberdeen, remarcou seu voo para a manhã seguinte e reservou um hotel. Furlan já desistira de chegar à festa de 40 anos da filha em São Paulo. Lorival mandou trazerem um carregamento de Red Bull para o bufê.

Dona Diva, a irmã de Furlan, alérgica a cafeína, recorria ao chazinho e ao jogo de paciência no celular para tentar passar o tempo. “Já provou esse bolo de laranja?”, perguntava a quem passasse pela mesa. Além disso, pedia aos garçons que repussem os quitutes e deu uma caixinha às moças da limpeza para que ficassem até mais tarde, mantendo os banheiros limpos. Apesar da chapa 90% masculina que aguardava a eleição, Dona Diva era a dona da casa.

No fim da tarde, a confusão ganhou nome — ou sobrenome. “Dizem que o problema é o Mesquita, ele não consegue computar os votos”, ouvia-se em toda parte. Mesquita é o Mesquita Pereira, o escritório de advocacia que detém um quase monopólio das procurações para voto de gringos em assembleias. No caso da BRF, o Mesquita tinha votos representativos de mais de 10% do capital, incluindo os da Aberdeen.

Na correria para compor o consenso no voto múltiplo, várias procurações que chegaram de última hora continham contagens erradas ou não eram claras nas indicações de voto. O advogado não conseguia computá-los.

Foi apenas depois das 19 horas que começou a votação do colegiado. O Mesquita estava pronto, com seu calhamaço em mãos. Na mesa, um Abilio já apático abriu a assembleia de forma lacônica e sem discursos. Chamou à mesa os conselheiros presentes: Furlan, Flavia Buarque e Francisco Petros. Lorival, um auditor e Attilio Guaspari, conselheiro fiscal, completaram a mesa, que era presidida por Luiz Antonio de Sampaio Campos, um dos principais sócios do BMA.

Começava a votação. No esquema de voto múltiplo, os votos podem ser distribuídos entre os candidatos — todos num só, ou um pouco em cada um.

Normalmente, o sistema é usado por minoritários para emplacar conselheiros mesmo contra a vontade dos controladores. Mas, numa empresa de capital pulverizado como a BRF, a eleição poderia virar um jogo de pôquer no escuro. O acordo entre Península, Tarpon, Previ e Petros amarrava 33% das ações e diminuía em parte essa incerteza. Mas as famílias Furlan e Fontana, com pouco mais de 5% do capital, podiam atrapalhar os planos.

O xadrez ficava evidente na configuração da sala: no fundo, Eduardo Rossi, CEO da Península, junto com os três advogados que representavam a gestora, a Petros e a Previ. Na frente, Dona Diva, Luiz Gontardo Furlan e o advogado José Romeu Amaral, um ex-gerente jurídico da BRF que detinha as procurações dos Furlan e dos Fontana, também acionistas da antiga Sadia.

Sampaio Campos cantava o bingo. Dizia o nome do candidato e pedia que os presentes dissessem quantos votos tinham e quantos alocavam ao candidato. O “Mesquita” simplesmente não conseguia proferir os votos. A contagem da mesa não batia com o que ele anunciava. Ele se sentou na mesa, à frente de Lorival, que tentava decifrar o que estava nas procurações desorganizadas — sem sucesso, para o constrangimento e impaciências gerais.

O secretário da mesa o convidou a se retirar e voltar a votação quando ele tivesse descoberto como fazer as contas. Ele nunca voltou. (Segundo a assessoria da BRF, seus votos foram decifrados antes do fechamento da ata e contabilizados na contagem final.)

Pedro Parente foi o primeiro nome e ganhou votos de todas as alas. Estava eleito. Em seguida, a mesa chamou os votos de Vicente Falconi — que não estava na lista da chapa de consenso.

O advogado dos Furlan propôs que seu nome fosse votado apenas ao fim da lista — num sinal de que esperava que pudesse alocar alguns votos no final e emplacá-lo de última hora, com a menor votação possível. Semanas antes, quando os fundos de pensão e Abilio não haviam chegado a um consenso, Furlan havia indicado Falconi para o conselho.

A mudança na ordem de votação foi rechaçada, depois de manifestações contrárias do grupo do acordão. O advogado dos Furlan — que também detinha procuração de Falconi como acionista da empresa — colocou seus 2

milhões de ações no candidato, mas os Furlan não acompanharam e a candidatura não vingou.

A partir daí, o restante da chapa foi eleito sem grandes emoções. O mais falante da mesa, Furlan distribuiu alguns votos de lambuja: votou as 1.000 ações de sua filha em Flavia Buarque “porque mulher apoia mulher”... Distribuiu outros cacarecos a Francisco Petros, com quem trocou afagos na mesa. Ao fim, emplacou-se a chapa almejada: Parente na presidência; Augusto Cruz, como vice; Francisco Petros, Flavia Buarque, Walter Malieni Jr, Roberto Rodrigues, José Luiz Osório, Roberto Mendes e Dan Ioschpe.

Por volta das 21h30, uma salva de palmas coroou o consenso forçado, fechando um capítulo difícil na história da BRF. Para aguardar a confecção da ata que seria assinada pelos presentes, Dona Diva providenciou uma rodada de cachorro quente.

“Eles queriam pedir pizza, mas eu não queria que vocês escrevessem: ‘Assembleia da BRF acaba em pizza’”, disse. Além de anfitriã impecável, ela teria um futuro em public relations.

Categoria: Jornais RJ SP DF

Vencedor: Adriana Cotias

Matéria: Mercado vê cerco a casos de suspeita de manipulação

Veículo: Valor Econômico

26/06/2018 às 05h00

MERCADO VÊ CERCO A CASOS DE SUSPEITA DE MANIPULAÇÃO

Na época da gritaria do pregão viva-voz na antiga Bovespa, o operador quetivesse uma conduta suspeita por blefar nas suas intenções de compra ou venda de ações era retirado da roda. Ficava alguns minutos “de castigo”, por assim dizer, e a corretora que representava, sem negociar ativos naquele intervalo. Passados 13 anos que todo aquele burburinho se calou e foi trocado por transações via computadores cada vez mais velozes, a supervisão da BSM, o braço de autorregulação da B3, também teve de evoluir no seu aparato tecnológico para diagnosticar outras formas de manipulação de preços. Termos em inglês como “spoofing” ou “layering” passaram a integrar o vocabulário do mercado, sob a percepção de que as punições se tornaram mais recorrentes de alguns anos para cá.

Na BSM, quatro processos sobre formação artificial de preços foram concluídos neste ano e há dois bem recentes. Um deles envolve a Modal DTVM e o seu diretor Rodrigo Puga, autuado por ser responsável pelo cumprimento das normas da instituição. O executivo e a distribuidora fecharam um termo de compromisso, pagando um total de R\$ 150 mil por ofertas irregulares com ações realizadas por um investidor.

Outro acordo foi fechado com o operador Benny Rubinsztejn, da XP Investimentos, em transações com cupom cambial na intermediação de negócios com Santander e BMG. O processo levou ao pagamento de R\$ 250 mil pelo profissional, sem sanções à corretora ou aos bancos que estavam nas duas pontas do negócio.

A XP não foi autuada em razão da proatividade e colaboração em todas as etapas, segundo a BSM. Mas tanto a participação dela como a dos bancos e investidores pode ser alvo de apuração da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), explica um interlocutor familiarizado com a troca de informações entre o regulador e a BSM. Isso porque sob a alçada da autorregulação es-

tão corretoras, distribuidoras de valores e seus prepostos, mas todos os casos, em tese, podem ser construídos pela autarquia sob novas bases, e com outra extensão de responsabilidades.

Mesmo que a conduta irregular seja do cliente, os intermediários acabam sendo punidos se a CVM entender que falharam nos seus controles para coibir práticas nocivas ao mercado, pois têm obrigação de reportá-las. Já houve processo recente na autarquia contra investidores de uma mesma família multados em R\$ 250 mil, sem que a corretora tenha recebido qualquer sanção, caso em que usaram o sistema DMA - de transações diretas com a bolsa - com liquidação na Mirae Asset CCTVM. “Sempre que vemos algo que pareça manipulação, denunciemos”, diz o diretor de operações da casa, Pablo Stipanovic Spyer.

A CVM não comenta casos específicos, mas por meio de nota explica que, “quando no âmbito de sua atividade a BSM encontra indícios de irregularidades cometidos por pessoas fora da sua esfera de competência (muitas das vezes investidores), reporta o caso para a análise da CVM, sem prejuízo de toda a comunicação que já é rotineiramente feita entre BSM e CVM e prevista nos (referidos) dispositivos da ICMV 461”, escreveu.

“Adicionalmente, a partir das informações trazidas pela BSM sobre processos administrativos (art. 44, II, ‘c’), a CVM avalia a qualidade dos julgados da BSM com base em precedentes da própria autarquia.”

Foi o julgamento de um processo qualificado como prática de spoofing pela CVM em março que jogou os holofotes sobre o tema. O outro, envolvendo participantes de maior peso, BTG Pactual e a Garde Asset Management, está pendente, após a entrega dos argumentos da defesa à autarquia. Na BSM, a BTG Corretora e seu diretor Ricardo Chamma Lutfalla fecharam acordo para pagar R\$ 450 mil para encerrar o caso - o que não significa reconhecimento de culpa. Já na CVM, a área técnica sugere que o banco seja responsabilizado como investidor e a Garde, como prestadora de serviços de administração de carteira.

Entre os casos mais recentes que vieram a público, a BSM apurou que de maio de 2016 a dezembro de 2017 a Modal DTVM intermediou 5.191 operações intencionais de um mesmo cliente em 347 pregões, que consistiam no registro de oferta de compra ou venda de lote expressivo de ações, seguido pelo registro de ofertas com lotes menores no lado oposto do livro, a preço menor ou igual ao praticado no mercado. As ofertas de lotes menores tinham o propósito de “agredir” parcialmente a oferta expressiva e gerar a operação ao preço desejado.

Procurada, a Modal esclareceu que o caso foi pontual, relacionado a um

único cliente, que foi imediatamente desligado. “Os controles internos foram aprimorados e não foram registradas novas ocorrências”, escreveu em nota. Já no processo envolvendo Rubinsztejn, o operador da XP foi acusado de ter reduzido de 3,20% para 3,10% a taxa de Forward Rate Agreement de Cupom Cambial (FRA) com vencimento em agosto de 2016 no pregão de 1º de abril de 2016 para, de maneira intencional, viabilizar a execução de negócio direto entre Banco Santander e Banco BMG, junto com clientes do Santander, de 200 contratos à taxa de 3%. Ele atuou para não acionar o mecanismos de leilão da B3.

XP, Santander e BMG preferiram não comentar o episódio. A defesa de Rubinsztejn explicou no processo que o operador tinha fechado o negócio entre os dois clientes por telefone e que no momento de registrar a operação na bolsa, o preço de referência a 3,20% não correspondia ao valor real do mercado de balcão em razão da baixíssima liquidez por ser no primeiro dia de abril.

“No intuito de atender os clientes, Benny então tentou executar as ordens de forma sequencial e ‘defender’ o preço fechado com os clientes. Como efeito colateral, a operação acabou impactando o preço, mas essa nunca foi a intenção do defendente”, apontou. Apesar de admitir que a postura do operador não foi a ideal, a defesa afirmou que não houve intenção nem dolo na atuação.

Para Marcos Torres, diretor de autorregulação da B3, práticas abusivas de ofertas são inerentes a qualquer mercado organizado, eletrônico ou viva-voz. “Mas o investidor precisa saber se uma oferta é firme ou não, todo mundo precisa saber daquela liquidez, se aquele nível de preço teve a melhor formação possível”, diz. Foi o advento das novas estruturas de acesso direto ao mercado (DMA), em que apenas a liquidação cai na corretora, que os casos de formação artificial de preços se espalharam, diz Torres.

Ele cita que as instituições punidas recentemente são reflexo de alguma repetição de práticas consideradas irregulares após interações mais educativas feitas entre 2012 e 2016, com intensificação dos treinamentos com operadores de corretoras e gestoras de recursos em 2017. Se em maio de 2016 ciclos de operações suspeitas chegavam ao pico de 220 casos, atualmente a identificação é da ordem de dez ocorrências por mês.

Comparativamente ao tamanho do mercado, com 390 milhões de operações realizadas no ambiente de bolsa em 2017, das 2,6 mil transações filtradas pela BSM para análise, 204 investigações foram iniciadas e 266 concluídas, com o encaminhamento de 104 delas para a CVM, e 34 “enforcements” - termo técnico emprestado do inglês, que significa avaliação sobre o cum-

primeto de regras. Na malha fina restaram 13 processos administrativos. “Práticas abusivas mesmo têm um nível marginal, o mercado é íntegro”, assegura Torres.

A BSM começou a construir a sua base de dados e refinou progressivamente os parâmetros após ter adquirido em 2010 o sistema Smarts, o mesmo usado pela Nasdaq. Nos primeiros anos, apenas enviou os alertas para as corretoras e só mais recentemente partiu para as sanções. A autorregulação começou 2018 com um estoque de 40 casos em andamento, com apenas um aberto neste ano. Do total de 15 processos concluídos de janeiro para cá, quatro foram de formação artificial de preços.

A Elite Corretora foi uma das que caíram na peneira da autorregulação por infrações relacionada à prática de layering por dois clientes, entre janeiro de 2015 e novembro de 2016. Segundo o diretor de risco da instituição, Leonardo Aquino, embora a BSM tenha sido dura justamente num momento em que a casa começava a colocar de pé seus controles de risco, ao longo do tempo ele entende que a atuação foi correta.

“A regra é de fato antiga, cabe a gente seguir a regra”, diz. Junto com os alertas, a BSM ofereceu uma planilha de acompanhamento do livro de ofertas, pois há a percepção de que nem todas as corretoras teriam capacidade para bancar custos de ferramentas complexas. No fim das contas, é papel da corretora monitorar e interagir com o investidor que tenha algum desvio de conduta. “A parte ruim é que na última linha eu perco o meu cliente, mas como não há uma limitação, ele vai embora e começa a operar em outro lugar.”

Categoria: Revistas Nacionais

Vencedora: Letícia Paiva

Matéria: Feitas para enganar

Veículo: Capital Aberto

FEITAS PARA ENGANAR COMO A DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS IMPACTA O MERCADO DE CAPITAIS

O mundo dos conteúdos duvidosos compartilhados pela internet é vasto. Um terreno pantanoso em que convivem boatos, meias-verdades e até textos disfarçados de reportagens isentas — as chamadas “fake news”, termo eleito como a expressão do ano de 2017 pela editora do dicionário HarperCollins. Os efeitos nefastos desse fenômeno causaram alarde inicialmente na política por causa da eleição de Donald Trump à presidência dos EUA — estudos indicam a disseminação de notícias mentirosas favoráveis ao empresário como um dos motivos para sua vitória —, mas hoje o assunto já preocupa também os participantes dos mercados financeiros e de capitais. Afinal, uma postagem falsa de singelos 280 caracteres no Twitter pode ter um impacto devastador no mercado de ações. Um episódio que denota isso ocorreu antes mesmo de o termo fake news se popularizar. A renomada agência de notícias Associated Press publicou na rede social, em 2013, que o então presidente americano Barack Obama havia sido atingido por uma explosão. Em poucos minutos, o valor das ações do S&P 500 caiu 130 bilhões de dólares. A agência informou posteriormente que a publicação era falsa. Havia sido feita por um hacker que acessara sua conta.

“Participantes do mercado não negociam ações apenas com base nos fundamentos das empresas. Tendências de comportamento, esperadas como reação às notícias, têm papel fundamental. Prova disso é o fato de que Donald Trump consegue mobilizar o mercado com um simples tuíte”, afirma à CAPITAL ABERTO Roman Kräussl, professor da Universidade de Luxemburgo. Ele integrou a equipe de um estudo que analisou como os conteúdos — de forma sutil, por meio das palavras escolhidas — são capazes de afetar as expectativas dos investidores. “Quando as notícias destacam fatos negativos ou usam palavras com esse teor, o mercado tem reação desfavorável. O contrário também ocorre. E essa reação pode repercutir no curto e no longo prazo, podendo ser

sentida até três anos depois”, ressalta Elizaveta Mirgorodskaya, analista de risco e pesquisadora do estudo na Universidade de Amsterdã.

O alcance das redes sociais alterou o comportamento do investidor em relação ao monitoramento de notícias. Pesquisa da consultoria Greenwich Associates feita em 2015 com uma amostra de 256 investidores institucionais dos mercados americano, europeu e asiático mostrou que o Twitter serve de fonte de informação para 80% deles. A rede social tem cerca de 300 milhões de usuários e 500 milhões de publicações diárias e seu uso como indicador de tendências fez surgir empresas como a americana Dataminer, que oferece relatórios sobre o que está sendo postado a clientes em 70 países. Fundada em 2009, a empresa utiliza ferramentas de análise de dados para rastrear postagens no Twitter e, assim, detectar eventos disruptivos antes de os mercados reagirem. Em 2015, por exemplo, logo após os primeiros comentários na rede, notificou seus clientes sobre o escândalo do acobertamento de testes relacionados a controle de emissão de poluentes pela Volkswagen — a mensagem chegou oportunos três dias antes de as ações da companhia caírem 30%. Ocorre que está cada vez mais difícil discernir o que vale a pena reportar. Em uma infeliz “pegadinha” de 1º de abril, o excêntrico fundador da Tesla, Elon Musk, postou no Twitter a informação de que a companhia estava decretando falência. A brincadeira soou como verdade para alguns investidores, já que a Tesla apresenta os piores resultados dos últimos anos. Consequência: no dia seguinte, as ações da empresa caíram 6%. É provável que o trote tenha impactado principalmente pessoas físicas, que nos EUA têm grande participação no mercado acionário.

Reguladores atentos

Cientes dos estragos que uma postagem falsa pode acarretar no mercado, os reguladores acompanham com atenção conteúdos que circulam na internet. No ano passado veio a público um caso inusitado. Durante dois anos e meio, uma obscura agência de conteúdo fundada nos Estados Unidos — a Lidingo, criada por uma atriz de origem sueca como o nome da empresa — contratou redatores para a produção de centenas de artigos destinados a influentes portais de informações financeiras, como o Seeking Alpha. Não haveria nada demais se não fosse por um detalhe: contrariando a legislação do mercado americano, os autores não informavam nas postagens que estavam sendo remunerados por partes interessadas para escrever. Os clientes da agência eram companhias de capital aberto motivadas a fazer subir os preços de suas ações por meio da disseminação de informes publicitários travestidos de textos jornalísticos isentos. A Lidingo chegava ao

ponto de prometer a seus clientes uma valorização mínima das ações em determinado período — caso não obtivesse êxito, devolveria o valor pago. A Securities and Exchange Commission (SEC), reguladora do mercado de capitais americano, investigou o caso e puniu 27 partes envolvidas.

No mercado brasileiro, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também está atenta à disseminação de notícias que possam ter o objetivo de enganar o investidor. A autarquia faz um acompanhamento diário de conteúdos divulgados na imprensa relativos aos mercados sob sua supervisão. Nessa análise, observa-se o que está sendo veiculado atende às normas de divulgação de conteúdo pelas empresas — segundo a Instrução 480, as informações devem ser “verdadeiras, completas, consistentes” e não podem induzir o investidor a erro. “Não temos uma supervisão específica para o que é veiculado no Facebook ou no Twitter, mas estou tranquilo quanto ao fato de que os acontecimentos reverberam e são refletidos no clipping da CVM”, diz Fernando Vieira, superintendente de relações com empresas da autarquia. Caso haja suspeita ou denúncias sobre notícias falsas ou manipuladas, o regulador pode abrir investigação e responsabilizar as partes. Dependendo da situação, a CVM tem poder para encaminhar a investigação para autoridades que cuidam de crimes como difamação, injúria ou calúnia.

Presidente da Canepa Asset Brasil, Alexandre Póvoa observa que, ao mesmo tempo em que as redes sociais são democráticas na difusão de informação, podem gerar um desalinhamento entre os que as usam intensamente como fonte de notícias de mercado e os que se limitam a acompanhar o que as companhias divulgam de forma oficial. Isso cria um problema para a CVM: caso uma informação sobre determinada empresa seja publicada primeiro em redes sociais, é possível que apenas um grupo pequeno saiba dela antes, o que não condiz com as normas de equidade entre os participantes do mercado. “Mas uma coisa é o que a empresa divulga em suas contas, o que é geralmente usado pelo investidor, e outra é o que aparece sobre ela nas redes sociais como um todo”, ressalva. “Principalmente em tempos de Operação Lava Jato, em que muitas coisas estão acontecendo, isso pode representar um grande perigo. Muita gente de má-fé divulga conteúdos capazes de afetar ações”, acrescenta Póvoa.

Melhor se precaver

A proliferação de notícias mentirosas nas redes sociais impõe um enorme desafio às empresas. Dentre 50 notícias “quentes” detectadas como falsas

pela agência americana de checagem de informações Snopes, 12 eram sobre companhias. No Brasil, uma pesquisa da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), feita entre fevereiro e abril de 2018 com 52 empresas nacionais e multinacionais, revela que o assunto “fake news” preocupa 85% dos representantes ouvidos; 20% das companhias afirmaram ainda ter feito mudanças em sua estrutura ou contratado serviços para acompanhar e lidar com informações duvidosas. Para 91% dos entrevistados, os danos à imagem da empresa são os principais efeitos dessas informações.

“Os departamentos de relações com investidores e de marketing das companhias precisam estar com o alerta ligado o tempo todo. Nunca se sabe o novo boato que pode surgir e se espalhar rapidamente”, comenta Edmar Lopes, presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri). Por isso, ele recomenda que as empresas tenham estratégias engatilhadas para combater a difusão de conteúdos mentirosos. Um dos mais abrangentes estudos já feitos sobre fake news, conduzido por pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT), concluiu que notícias duvidosas têm 70% mais chances de serem repassadas do que notícias verdadeiras. O trabalho analisou 3 milhões de posts de usuários do Twitter escritos em inglês entre 2006 e 2017 (base fornecida pela própria rede social) e verificou a veracidade dos conteúdos a partir de avaliações feitas por seis agências de checagem de informação. A conclusão do levantamento representa um indicador do rumo que as redes sociais vêm tomando — sinal de alerta para os mercados globais.

As small caps são as que mais devem se preocupar com esse fenômeno, segundo um estudo preliminar conduzido por pesquisadores do MIT e da Universidade Yale. De acordo com eles, há evidências de que os mercados são eficientes em deter impactos nos preços de companhias grandes e médias. Assim, as fake news atingiriam de forma mais contundente aquelas com menor valor de mercado.

Essa realidade faz surgir empresas como a startup americana Indexer, que detém um sistema capaz de processar milhões de conteúdos por dia, determinando se eles são favoráveis, negativos ou neutros sobre um tópico. Com o intuito de flagrar as fake news, a ferramenta também oferece checagem de dados e cruzamentos de conteúdos. Além disso, começam a aparecer projetos de aplicação da tecnologia blockchain para a difusão de informação validada pelos próprios usuários. Por não ter um controlador central, atuar de forma transparente e manter registros a partir do momento em

que um dado (ou uma notícia, nesse caso) entra na rede, a blockchain pode ser uma solução eficaz para barrar o compartilhamento de informações sem verificação. “Por ser uma cadeia aberta, o usuário pode ver quem iniciou o compartilhamento, com a data e até a fonte original”, explica Clarissa Luz, advogada especialista em direito de internet. A blockchain é aplicada pela Publiq, fundação sem fins lucrativos. Quem compartilha conteúdo por meio dela tem seu nível de confiabilidade construído com base no histórico de feedbacks sobre suas postagens. Já a startup Snip recompensa conteúdos confiáveis com tokens, ativos digitais que garantem “direitos” dentro da cadeia. Da mesma forma que a tecnologia colaborou para a proliferação das fake news, é ela quem pode ajudar a breçar esse potente fenômeno.

Categoria: Jornais demais regiões

Vencedora: Roberta Mello de Oliveira

Matéria: Crimes econômicos atingem metade das empresas brasileiras

Veículo: Jornal do Comércio/RS

CRIMES ECONÔMICOS ATINGEM METADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Metade das empresas brasileiras sofreu algum tipo de crime econômico nos últimos dois anos, percentual semelhante ao verificado no mundo (49%), segundo a pesquisa Global Economic Crime and Fraud Survey, da PwC. O estudo ouviu mais de 7,2 mil entrevistados em 123 países.

Em 2016, apenas 12% das companhias nacionais confirmavam ter sido vítimas destes crimes, lembra o sócio da PwC Brasil Alex Freitas. O aumento do percentual pode estar atrelado à maior percepção e compreensão do que é o crime econômico e, por consequência, sua identificação e o seu acompanhamento. “Essa percepção pode ter sido causada pela Operação Lava Jato e demais investigações, trazendo à tona um tema antigo, mas de pouca percepção e comunicação em larga escala na sociedade brasileira”, aponta Freitas.

Além disso, a Lei nº 12.486, de 2013, trouxe a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, acional ou estrangeira. Ela instituiu multa, no valor de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos. Apesar de o índice de percepção dos crimes econômicos ter aumentado no País, o especialista salienta que o Brasil caiu 17 posições em comparação ao ano de 2016 no ranking de corrupção da Transparência Internacional. O ranking avalia a percepção da corrupção no mundo e, atualmente, o País ocupa o 96º lugar na lista de 2017.

De acordo com o levantamento, o investimento das organizações no combate a esses crimes também cresceu. No Brasil, 52% das empresas (42% no mundo) aumentaram seu comprometimento financeiro para combater a esses delitos no último biênio. Para os próximos dois anos, 44% dos entrevistados em nível global devem ampliar o combate a crimes econômicos.

O aumento dos investimentos tem uma justificativa. Os crimes econômicos têm um impacto elevado para as organizações. Dos entrevistados, 16% no mundo afirmam que as perdas financeiras diretas – considerando apenas o impacto do crime mais grave vivenciado – ficaram entre US\$ 1 milhão e US\$ 50 milhões; e 7% dos brasileiros relataram prejuízos acima

de US\$ 50 milhões.

Já para 66% no Brasil e 64% no mundo, essas perdas foram de até US\$ 1 milhão nos últimos dois anos. Considerando os custos secundários, como investigações e intervenções, 31% das empresas brasileiras e 29% no mundo afirmam ter gasto até duas vezes mais do que perderam com o crime.

O roubo de ativos segue na liderança como o principal crime econômico experimentado pelas organizações nos últimos dois anos, com 45% das ocorrências globais e 51% dos registros no Brasil. Na comparação com 2016, no entanto, há uma queda neste tipo de delito, quando 64% (global) e 65% (Brasil) relataram o crime.

Os principais tipos de crimes sofridos pelas empresas nos últimos 24 meses foram: fraude em compras (34% no Brasil e 22% no mundo), suborno ou corrupção (26% no Brasil e 25% no mundo), fraude cometida pelo consumidor (24% no Brasil e 29% no mundo), crime cibernético (22% no Brasil e 31% no mundo), fraude contábil (22% no Brasil e 20% no mundo) e má conduta empresarial (19% no Brasil e 28% no mundo).

Apesar de não encabeçar a lista de delitos, o crime cibernético continua sendo uma grave ameaça para as empresas. No Brasil, 14% dos participantes acreditam que, nos próximos dois anos, este será o crime de maior impacto para seus negócios. No mundo, esse percentual sobe para 26%.

Segundo a 21st Annual Global CEO Survey, pesquisa global da PwC realizada com 1.293 CEOs em 85 países, 59% dos executivos no Brasil citaram as ameaças cibernéticas como uma das principais ameaças ao crescimento dos negócios. Globalmente, 80% dos CEOs apontaram essas como uma das principais ameaças.

De 2016 para 2018, 22% dos participantes brasileiros e 31% dos globais foram afetados por ataques cibernéticos via malware ou phishing. No Brasil, 25% das empresas sofreram roubo de ativos, e 19% no País foram extorquidas via ransomware. Os dados mostram ainda avanço (de 13%) na participação dos atores internos nos crimes econômicos na escala global. Os crimes atribuídos à alta administração das organizações saltaram de 16% em 2016 para 24% em 2018. No Brasil, no entanto, a porcentagem de crimes econômicos cometidos por agentes internos permaneceu estável, variando de 58% para 59%, enquanto a participação da gerência executiva caiu de 40% para 26%.

Conscientização sobre delitos aumentou, mostra o levantamento

A pesquisa mostra que há uma crescente conscientização das empresas sobre os delitos econômicos. Em 2016, apenas 12% das companhias nacionais e 36% no mundo confirmavam ter sido vítimas desses crimes.

Para Leonardo Lopes, sócio da PwC, não é possível dizer que o maior percentual de crimes relatados esteja diretamente relacionado a um aumento real do número de delitos cometidos. “O que a pesquisa nos mostra é que há maior compreensão do que é e onde está ocorrendo o crime econômico.

Podemos verificar isso nos crimes cibernéticos, onde há uma consciência muito maior pelas empresas dos seus impactos e da necessidade de investimento em investigações e em controles preventivos”, acrescenta Lopes. Os níveis de relatos de criminalidade econômica contra as organizações em diferentes regiões cresceram nos últimos 24 meses. Na América Latina, o índice saltou de 28% para 53%. No continente norte-americano, passou de 37% para 54% ante 37%. Na África, esse índice é de 62%, ante 57%.

Número de ações regulatórias e inspeções cresceu

As ações regulatórias ou inspeções relacionadas à lavagem de dinheiro também cresceram. No mundo, 55% das empresas afirmaram ter passado por alguma ação do tipo, uma avanço de cinco pontos percentuais em relação a 2016. No Brasil, o crescimento é maior: 62% disseram ter passado por alguma ação ou inspeção nos últimos 24 meses, ante 28% em 2016. A expansão da fiscalização é mais intensa nos países em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos: 58% contra 49%, respectivamente.

Os investimentos contra crimes econômicos também irão crescer nos mercados em desenvolvimento: 15% dos países devem aumentar os recursos para combater os delitos, ante 10% das organizações nos países desenvolvidos. “O esforço na fiscalização está relacionado com os recursos existentes nos órgãos fiscalizadores”, diz Alex Freitas, sócio da PwC Brasil. “O que se tem visto nos últimos anos é um preparo maior dos profissionais que realizam as investigações e o aumento massivo de tecnologia empregada. Isto pode ser um fator positivo em um mundo em crescente dependência de dados e com uma grande interconectividade proposta pela era digital.”

O controle dos veículos de comunicação sobre os casos de crimes empresariais também leva muitas organizações a terem mais cuidado. Para Freitas, “as empresas estão ficando mais atentas por diversos fatores. Com certeza, a visibilidade midiática é uma delas”.

Controle interno e delações são as formas mais lembradas de combate

Os controles corporativos foram apontados como o principal meio de detecção

dos crimes. No Brasil, 59% dos participantes afirmam que os delitos econômicos mais graves foram detectados dessa forma. No mundo, 52% dos entrevistados apontaram a mesma maneira de detecção.

As delações também seguem em alta: 29% no Brasil e 27% dos entrevistados na pesquisa Global Economic Crime and Fraud Survey, da PwC, no mundo afirmam que as delações ou os sistemas formais de denúncia foram a fonte inicial de constatação dos crimes.

Para combater crimes econômicos, muitas empresas fortaleceram seus controles internos e ampliaram programas de denúncias. A pesquisa da PwC revela que a maior parte das organizações mantém as lideranças cientes dos crimes mais graves para os negócios: 97% dos casos foram levados ao conhecimento da diretoria ou a líderes de governança no Brasil, contra 91% no percentual global.

Contudo, avalia o sócio da PwC Brasil Alex Freitas, “muitas organizações ainda estão realizando ações reativas e com abordagens defensivas”. Tal fato pode ser evidenciado quando os resultados globais da pesquisa demonstram que somente 54% das organizações no mundo disseram que conduziram uma avaliação geral de risco de fraude ou crime econômico nos últimos dois anos. Menos da metade disse que realizou uma avaliação quanto à vulnerabilidade a ataques cibernéticos (41%), e menos de um terço das organizações avaliou riscos em áreas críticas, com risco significativo de suborno, corrupção e lavagem de dinheiro (33%).

A gestão de riscos também está no radar das companhias. No Brasil, 58% das organizações (54% das globais) disseram ter realizado algum tipo de avaliação de risco de crime econômico nos últimos dois anos, e 42% afirmam ter realizado avaliações de riscos anticorrupção, percentual acima da média global, que foi de 33% neste quesito.

Para o fortalecimento do ambiente de controles internos, algumas ações devem ser realizadas, alerta Freitas. “Primeiramente, o conselho de administração e os executivos precisam dar o tom para a organização (tone at the top). Eles precisam assumir maior responsabilidade pelo desenvolvimento e manutenção do ambiente de controles internos. Segundo, as organizações devem aumentar, dar foco na cultura organizacional quanto à gestão de riscos, ética e compliance, com a conscientização dos colaboradores e aumento do incentivo à denúncia de práticas inapropriadas”, indica o sócio da PwC Brasil.

Igualmente, é fundamental para o fortalecimento do ambiente de controles internos que as organizações invistam nas pessoas que nele atuam, e não somente em tecnologia. “Por último, a administração precisa realizar um trabalho profundo para a identificação dos riscos significativos, que devem estar relacionados com a missão, a visão e os valores da organização”, sintetiza Freitas.

[B]³